

RELIGIÃO E VIOLÊNCIA NOS SÉCULOS XV-XVI: DIVAGAÇÕES FILOSÓFICAS E TEOLÓGICAS¹ (II)²

*RELIGION AND VIOLENCE IN THE 15TH-16TH CENTURIES
PHILOSOPHICAL AND THEOLOGICAL THOUGHTS (II)*

Marcelo Neves OP ^()*

RESUMO

A função do presente texto é a de colocar em evidência o fato de que a reflexão sobre a paz emerge como elemento indispensável da fé cristã, sobretudo nos séculos XV-XVI, no confronto direto com o Islã. Tomando como base o pensamento de Erasmo de Roterdã, alargaremos nosso discurso a outros autores desse período – Nicolau de Cusa, Bartolomeu Las Casas e Martinho Lutero. A questão islâmica será abordada a partir do que ela representa para esses cristãos, que se vêem obrigados a aprofundar as exigências da própria fé. A paz, ou seja, o não uso da força (coação) apresenta-se como o elemento discriminante entre as duas religiões. O tema estudado não pertence somente ao passado; assim sendo, com a intenção explícita de fazer ver sua atualidade, retomamos o discurso de S. S. Papa Bento XVI junto a Universidade de Regensburg em 12 de setembro de 2006. Infelizmente, um discurso de valor inestimável não pôde, como deveria, ser avaliado não só por estudiosos, mas também por todos aqueles que concebem a religião como elemento imprescindível de uma cultura, capaz de formá-la e moldá-la na árdua tarefa de construção de relações mais humanas e pacíficas.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Paz. Deus.

^(*) Doutor em Filosofia pela Unicamp e em Direito Canônico pela Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Santo Tomás de Aquino - Angelicum – Roma, onde ocupa a cátedra de Filosofia do Direito e Direito Canônico. E-mail: neves@pust.urbe.it

¹ O presente artigo tem sua origem numa conferência apresentada na Escola Dominicana de Teologia, em junho de 2007. Tendo sido alargado, nós o apresentamos, agora, ao leitor. Para que possam ser mais bem compreendidos, procuramos traduzir os textos citados, contudo permanecemos abertos a ulteriores aprofundamentos e correções. Dedicamos este texto em memória dos que nos acompanham e ajudam em nossas pesquisas. A D. Estevão Avelar OP, pregador e teólogo, bispo emérito da diocese de Uberlândia.

² Esta é a segunda e última parte deste artigo abordando a temática explícita no título. A primeira parte foi publicada no v. 3. n. 3 – 2008, p. 79-96.

ABSTRACT

This text aims to evidence the fact that the reflection about peace emerges as an essential element of Christian faith, mainly in the 15th-16th centuries, in confrontation with Islam. Based on Erasmo de Rotterdam's thoughts we are going to widen the discussion towards authors from that period – Nicolau de Cusa, Bartolomeu las Casas and Martinho Lutero. The Muslim issue will be treated from what it represents to those Christians, who feel obliged to deepen the demands of their own faith. Peace, that is, not using force (coation) is presented as the main difference between both religions. As this subject is not only part of the past, we intend to bring it uptodate recalling Pope Bento XVI's speech at the University of Regensburg on September 12, 2006. Unfortunately, the Pope's speech could not be evaluated by researchers and neither by those who understand religion as an element which needs culture in order to build more human and peaceful relations.

KEYWORDS: Religion. Peace. God.

Na primeira parte deste artigo abordaram-se questões relativas à religião e à violência em Erasmo e Nicolau de Cusa. Paralelamente desenvolveram-se algumas reflexões a propósito da conferência do Papa Bento XVI na Universidade de Regensburg, em 12 de setembro de 2006, sobre a não razoabilidade da difusão da fé mediante a violência. Agora, encerrando essa temática, procurar-se-á mostrar como Las Casas, Lutero, e ainda Erasmo, inspirados em uma revelação sobrenatural, contribuem, considerando o caso particular da guerra contra os Turcos, para o despertar de uma nova consciência fundada na fé, na razão, na paz e em Deus.

LAS CASAS: A COAÇÃO SE OPÕE À FÉ CRISTÃ

O bispo de Chiapas, Bartolomeu de Las Casas (1484-1566), conheceu e citou, em sua *Apologia*, o comentário erasmiano ao salmo XXVIII. Elogiou-o e considerou como “católica”³ a opinião de Erasmo. A *Apologia* é, na realidade, um debate que Las Casas manteve com Juan Ginés de Sepúlveda. No centro da discussão está a questão do uso da força como meio adequado para evangelizar os povos do Novo Mundo. Sepúlveda, cronista de Carlos V, advogava a tese de que, para impedir que os índios se opusessem ao trabalho dos pregadores do Evangelho, era justo, antes, submetê-los ao domínio dos espanhóis, ou seja, reduzi-los à servidão. Este procedimento visava não tanto levá-los a crer, mas facilitar e retirar os impedimentos ao anúncio do evangelho. A crer, dizia ele, não se pode obrigar.

³ Bartolomé de Las Casas. *Apologia. Obras completas*. Vol. 9. Alianza Editorial: Madrid, 1992; 357s.

Em defesa de suas teses, Sepúlveda cita o Conde de Carpi, inimigo declarado de Erasmo de Roterdam. Pois bem, a resposta lascasiana pode ser reduzida ao seguinte: o Conde de Carpi, ao admitir a guerra contra os infiéis, o fez não porque eram infiéis, mas porque eles se opunham formalmente ao nome de Cristo e, maliciosamente, o blasfemavam. Este era o caso dos turcos, mouros e sarracenos; invadiam e dominavam territórios cristãos. Dito de outra forma, no entender de Las Casas, a guerra contra os infiéis somente poderia ser justificada caso eles se opusessem formalmente ao nome de Cristo e violentamente rechassem-no, invadissem e dominassem territórios cristãos. Nesse caso, assim parece ter ele entendido, a guerra era de defesa e não tinha por objetivo impor a fé ou, o que dá no mesmo, forçar os infiéis a ouvir a mensagem evangélica para que pudessem, depois, dar, “livremente”, seu assenso de fé. Neste ponto, diz Las Casas, não existia nenhuma divergência entre o Conde de Carpi e Erasmo de Roterdam: ambos afirmavam que, em caso de defesa, a guerra era lícita. Essa parece ser a doutrina católica que Erasmo, na interpretação de Las Casas, recordava em seu comentário ao salmo XXVIII. Mas isso não é tudo. Era necessário verificar se essa recusa, digamos, violenta, do nome de Cristo não era uma resposta a uma anterior violência realizada pelos cristãos que teimavam em impor a fé aos infiéis.

Interessante notar que os envolvidos no debate não eram somente os índios, mas, também, os turcos e sarracenos. Ao que tudo indica, Las Casas sempre considerou que contra eles a guerra era justa:

A estes infiéis se refere Alberto Pio, Conde de Carpi, quando, ao escrever contra Erasmo, afirma e trata de provar que a guerra contra os turcos é lícita; seja para resgatar os reinos que eles arrebatarem dos cristãos, seja porque os turcos impedem ou buscam impedir a propagação do da fé... Toda a exposição de Alberto Pio no citado texto pressupõe uma maliciosa resistência e a hipótese de que os infiéis impeçam a propagação do evangelho; porém, não de todos os infiéis, mas somente dos infiéis do tipo dos sarracenos e turcos, que claramente professam o ódio ao nome de Cristo... Em todo caso, a mim parece que, com tais métodos, se faz inútil para eles o sangue de Cristo. Portanto, mesmo que lícita, tal medida não é conveniente... muito bem, Erasmo expõe claramente a opinião católica em seu comentário ao salmo 'Daí ao Senhor; filhos de Deus' e em muitas outras passagens de seus escritos. É possível que Carpi procurasse ficar famoso atacando Erasmo⁴.

⁴ Fray Bartolomé de Las Casas. *Apologia. Obras completas*. Vol. 9. Alianza Editorial: Madri, 1988; 353-357.

O texto lascasiano é particularmente interessante: ao mesmo tempo em que considera a existência de razões objetivas que, do ponto de vista jurídico, justificavam uma guerra de defesa contra os turcos e sarracenos, nem por isso estava Las Casas convencido de que este fosse o melhor caminho e que, para a fé cristã, esta ação pudesse trazer algum proveito. Neste sentido, é significativa a afirmação que encontramos em sua *Apologia*:

[...] no meu modo de entender, não existe outro motivo pelo qual os sarracenos, turcos e outros infiéis recusem a abraçar a nossa fé, senão o fato de lhes negarmos com nossa conduta o que lhes oferecemos com nossas palavras... O remédio mais eficaz para eles é que vejam que em nossa conduta brilha a vida cristã. Impor o evangelho com o poder das armas não é um exemplo cristão, mas um pretexto para roubar propriedades dos outros e subjugar suas províncias.

Tudo indica que, nesse ponto preciso, Las Casas esteve muito mais próximo de Erasmo, até onde uma leitura superficial de seus textos permita entender: “Tudo isto torna-se evidente pela doutrina de Cristo e pela razão natural⁵”. Assim convencido, Las Casas temeu realmente, e lutou para que os cristãos não assumissem para si o método seguido por Maomé para expandir a fé. Citando em seu *Único modo* um autor desconhecido e com idéia muito semelhante à trazida na texto do Imperador Manuel II Paleólogo, não deixa de alertar para esse real perigo:

Mas, o que se poderá esperar desses precursores da pregação do evangelho, segundo esse novo modo que idealizaram, ou seja, que em primeiro lugar deveriam dominar com a guerra os povos aos que pregariam a fé? Precursores, sem dúvida, não de Cristo, mas sim do Anticristo... Assim também esses homens são imitadores propriamente daquele conhecido, falso e muito repugnante profeta, sedutor dos homens, que manchou todo o mundo; refiro-me a Maomé... Pois, assim se diz, em certo livrinho de polémica entre um sarraceno e um cristão da Arábia sobre a comparação entre a lei dos sarracenos e da fé dos cristãos, sendo ambos doutos filósofos⁶.

⁵ Idem. 349.341.

⁶ Fray Bartolomé de Las Casas. *De unico. Obras completas*. Vol. 2. Alianza Editorial: Madri, 1990; 439-441.

Merece uma atenção particular a afirmação de que “Tudo isto se torna evidente pela doutrina de Cristo e pela razão natural”. Assim sendo, por meio de uma análise que considera também o comportamento dos cristãos (e não só a dos turcos e sarracenos), ele concluiu que a coação se opunha, ao mesmo tempo, à fé cristã e à razão; logo, aos desígnios do próprio Deus que se revelou em Cristo.

Em suma, independentemente do fato de estar correta ou não a análise lascasiana sobre a religião de Maomé, coisa que não discutimos, urge lembrar que o grande temor era, realmente, que os cristãos assumissem a violência como método de evangelização:

Quando os homens o desafiavam: ‘mostre-nos os sinais deixados por Moisés, Cristo e outros profetas’, respondia Maomé que Deus não lhe permitia fazer milagres para que não lhe acontecesse o mesmo que a Moisés e a Cristo. Com efeito, o mundo não acreditava neles porque diziam que eram malefícios. Pois não me acreditarão, dizia, e vim com o poder das armas. Por isso, ordenava a morte dos que não eram de sua seita, a não ser que pagassem os tributos⁷.

Então, visto ser inadmissível o uso da violência quando se trata de expandir a fé, qual é a proposta lascasiana, ou seja, qual método Las Casas propõe? Como o justifica? A resposta pode ser encontrada no *De unico* e assim formulada: “Única e idêntica para todo o mundo e para todos os tempos, foi a forma estabelecida pela divina Providência para ensinar aos homens a verdadeira religião, a saber: persuadindo o entendimento com razões, de forma atrativa e suave e exortando a vontade⁸”. A justificativa:

A criatura racional nasceu com aptidão para ser movida, conduzida, dirigida, atraída brandamente, com doçura, com delicadeza e suavemente... o modo de mover, dirigir, atrair e conduzir a criatura racional ao bem, à verdade, à justiça, à virtude e à reta e verdadeira religião, deve ser conforme ao modo de ser da criatura racional⁹.

⁷ Idem. 443.

⁸ Idem. 17.

⁹ Idem. 25 “A guerra declarada aos infiéis... que nunca ouviram falar da fé ou da Igreja, nem ofenderam de alguma forma a Igreja, com a simples finalidade de submetê-los ao domínio dos cristãos, para que recebam a fé ou a religião cristã, para que suas almas sejam preparadas e os obstáculos à fé sejam removidos, é uma guerra temerária, injusta, iníqua e tirânica” Idem. 485.

O método, podemos tranquilamente afirmar, deve concordar com a natureza humana racional, isto é, deve ser a ela conatural. Acreditamos que o discurso lascasiano pode ser mais bem compreendido somente na medida em que se tem presente o que seu autor, em sua *Historia de Las Indias*, afirma: “Nossa religião cristã é igual e se adapta a todas as nações do mundo e a todas igualmente recebe; a nenhuma tira a sua liberdade, nem coloca, sob pretexto de que são servos segundo a natureza, debaixo de servidão, seus senhorios¹⁰”. Nessas palavras, encontramos sintetizada a sua visão da religião cristã que, ao contrário daquela de Maomé (na forma como ele a compreendia), não poderia, em hipótese alguma, deixar-se vencer pela tentação do uso da força. É do conhecimento de todos que Las Casas fala na qualidade de bispo defensor de sua grei, isto é, dos índios da América. Assim sendo, não insistiremos sobre este aspecto; contudo, merece ser colocado em destaque, com um ulterior aprofundamento, a sua visão católica da missão evangelizadora da Igreja, com todas as conseqüências que, então, lhe foi possível deduzir.

É conhecida a sua luta contra um documento (em latim) pretensiosamente jurídico, idealizado pelo Doutor Palácios Rubios, e que deveria ser lido aos índios no momento em que entrassem em contato com os colonizadores. O documento refletia, em poucas palavras, as mesmas convicções que ele, em seu *De unico*, reprovava em Maomé. Em suma, era um aviso prévio dado em nome do “rei Dom Fernando e da rainha Joana sua filha, rainha de Castilha e Leon, etc, domadores dos povos bárbaros”. Segundo a transcrição feita por Las Casas em sua *Historia de Las Indias*, o texto do documento contemplava as seguintes afirmações: Deus, Senhor do mundo, por meio de seu vigário São Pedro e o sucessor dele, o papa, concedeu aos reis de Espanha aquelas terras e lhes incumbiu de, nelas, propagar a fé católica. Caso os índios aceitassem a missão espanhola, isto seria de grande vantagem para eles; do contrário, isto é, se não aceitassem, seriam atacados: “certifico-vos que, com a ajuda de Deus, nós avançaremos poderosamente contra vós e vos sujeitaremos ao julgo e à obediência da Igreja e de Suas Altezas; tomaremos posse de vossas pessoas, de vossas mulheres e filhos, tornando-os escravos... os venderemos, tomaremos vossos bens e vos faremos todo mal e danos que pudermos¹¹”. Não há dúvida de que estamos diante de uma “islamização” (numa perspectiva lascasiana) do

¹⁰ Bartolomé de Las Casas. *Historia de Las Indias*. Fondo de cultura econômica: México, 1986. Vol. III: 343.

¹¹ Idem. 26-27.

cristianismo; um processo, para ele, inaceitável: “Porque a verdade católica é que, nem por causa da idolatria, nem por causa da infidelidade, nem mesmo por causa de pecado, por gravíssimo que seja¹²”, os que nunca receberam a fé poderiam ser, assim, tratados. Este procedimento não poderia ser justificado “nem pelo Antigo nem Pelo Novo Testamento, nem pelo exemplo de Jesus Cristo, dos seus Apóstolos e discípulos... nem pela tradição da Igreja¹³”. Para que alguém possa chegar à fé (sobretudo aquela sobrenatural proposta pelo cristianismo), “é necessário um raciocínio, quer dizer, que discorra previamente com a razão, livremente – insisto – livre de qualquer moléstia ou agitação¹⁴”. Eis aqui, numa linguagem lascasiana que toma em consideração os povos do Novo Mundo e o real comportamento dos cristãos, o nosso ponto de partida: “a guerra se opõe à razão e à fé. A fé é a resposta do crente a Deus que se revela e a razão é obra do Deus criador. Razão e fé são aliadas de Deus; logo, a guerra se opõe a Deus”.

CARÁTER CONFLITIVO DAS RELAÇÕES ENTRE VIOLÊNCIA E RELIGIÃO EM LUTERO

Nosso discurso permaneceria incompleto se não tomássemos em consideração, mesmo que rapidamente, a não menos complexa opinião de Fr. Martinho Lutero. Não discutiremos suas relações com o papado e nem mesmo seus debates, em torno da graça, com Erasmo. Procuraremos não perder de vista o foco de nosso discurso, ou seja, a incompatibilidade existente entre religião e violência. De maneira particular, fixaremos nossa atenção no tratado intitulado *Guerra contra os turcos* e a *Exortação à Oração Contra os Turcos*. Deixando de lado a comum antipatia em relação aos turcos, observamos logo que, em Lutero, a questão não foi sempre tratada da mesma forma. Em *Da Guerra Contra os Turcos*, ele inicia seu discurso observando que um dos motivos pelos quais fora excomungado por Leão X foi a sua oposição à guerra contra os turcos. O motivo desta oposição consistia no fato de que “Lutar contra os turcos equivale a opor-se a Deus, que com esta vara açoita o nosso pecado¹⁵”. Tendo presente

¹² Idem. *Tratado comprobatorio del Impero Soberano. Obras completas*. Vol. 10. Alianza Editorial: Madri, 1992: 462.

¹³ Idem. 463.

¹⁴ Idem. *De unico. Obras completas*. Vol. 2. Alianza Editorial: Madri, 1990: 41-43.

¹⁵ Martinho Lutero. *Obras seleccionadas*. Vol. 6. Sinodal: São Leopoldo, 1996: 411.

o que vimos anteriormente, esta idéia não era exclusiva de Lutero e podemos encontrá-la, igualmente, em Erasmo.

No entanto, com o mudar das circunstâncias e com uma maior consciência do drama que poderia representar um domínio dos turcos sobre os cristãos, Lutero não só admite como inevitável uma guerra, como, ao mesmo tempo, passa a estimular os cristãos para que, com vigor orem a Deus a fim de que o perigo possa deles se afastar. Contudo, de nada serviria, nem mesmo uma guerra de defesa, obrigação primeira do Imperador e dos príncipes a ele unidos, todos investidos por Deus para proteger o povo, se antes não ocorresse, da parte dos cristãos, um sincero arrependimento e uma radical revisão de seus estilos, corrompidos, de vida. Dentre as razões apresentadas por Lutero para que os cristãos não lutassem contra os turcos, encontra-se uma inspirada em Mt 5, 39-41 e que foi formulada nos seguintes termos: “um cristão não deve reagir ao mal, mas tudo sofrer¹⁶” e, continuando, conclui: “isso é algo que não quero sugerir ao gentio ou turco algum, muito menos a um cristão: que ataquem ou comecem uma guerra (que nada mais é senão aconselhar que se derrame sangue ou se leve à ruína), já que no fim das contas nenhuma ventura há nisso¹⁷”.

Mas, como dissemos, a perspectiva muda, e Lutero passa a incitar à oração contra os turcos. O motivo, ao que tudo indica, foi a consideração dos males que um domínio turco poderia provocar à cristandade. Lutero revela-se perfeitamente convencido de a lei de Maomé, fundada na luta e na espada, nada deixaria aos cristãos ou de cristão:

Aí tudo se vai, Pai, Filho, Espírito Santo, Sacramento, Evangelho, fé e toda doutrina e prática cristãs, nada mais permanecendo em lugar de Cristo, a não ser Maomé com suas doutrinas sobre as próprias obras e principalmente sobre a espada: este é o artigo principal da fé turca, no qual se reúnem num só monte todo horror, todo engano e todos os diabos. O diabo está por detrás disso... Por isso, ore quem puder orar, a fim de que tal horror não se torne senhor sobre nós e não sejamos castigados com semelhante vara terrível da ira divina... O Alcorão turco não somente ensina ou crê na eliminação da fé cristã, mas também de todo governo secular. Pois seu Maomé (como foi dito) recomenda com a espada, sendo a espada a obra mais presente e distinta em seu Alcorão¹⁸.

¹⁶ Idem. 413.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem. 423.

Por fim, diante do perigo, não foi possível para Lutero, pensamos, ignorar a necessidade de uma guerra de defesa. Salvo engano, podemos afirmar que, no seu modo de entender, para que esta guerra fosse eficaz, ela deveria ser precedida por uma intensa oração e, conseqüentemente, do propósito de abandonar os falsos deuses: “[...] saiba e veja (o cristão) quão grande é, nesse caso, a necessidade de orar e que é preciso, antes de tudo, derrotar este Alá dos turcos, que é seu deus, o diabo, rechaçando seu poder e divindade. Do contrário (como temo), a espada pouco conseguirá¹⁹”. Uma função de destaque nesta guerra de defesa competia, segundo Lutero, ao Imperador (Carlos V): “pois o turco agride seus súditos e seu império²⁰”. Para Lutero, “como o papa é o anticristo, assim o turco é o diabo em pessoa²¹”. Em seu horror ao Papa e a Maomé, Lutero, como bem recorda Joseph Lecler, em sua *Historia della tolleranza nel secolo della riforma*, concede ao príncipe cristão “o direito de forçar os seus súditos não a crer, mas a instruir-se e escutar as pregações” e, ainda, “também as pessoas que não crêem [...] a fim de que aprendam pelo menos as obras exteriores da obediência²²”.

Apesar de sua complexidade, podemos notar que o pensamento de Martinho Lutero segue, no que diz respeito ao argumento transversal e de modo não muito diferente, a mesma rota dos pensadores anteriormente lembrados; porém, merece algumas pontualizações: a primeira é que, ao que tudo indica, a relação entre fé e razão, mesmo não sendo totalmente ausente, é, no seu caso, absolutamente secundária e não mereceu uma análise sistemática de sua parte.

¹⁹ Idem. 428.

²⁰ Idem.

²¹ “O papado tem, para Lutero, uma importância central em termos de teologia da história. Ele representa aquele poder hostil a Deus que, como anunciado nos textos apocalípticos da Bíblia, se levantará no final dos tempos acima de tudo o que representa Deus e o seu culto. Tal poder tomará posse do templo de Deus e fingirá ser Deus: portanto, o Anticristo... ao contrário, sobre a questão Turca a posição de Lutero sofreu uma certa evolução... a rejeição da idéia de uma cruzada contra o império Otomano por parte de Lutero – erroneamente interpretada pelos seus adversários papistas como renúncia medidas de defesa militar – visava a combater “o turco” e o seu padrão, o demônio, sobretudo com a penitência e a oração. A luta militar contra o império Otomano deveria ser considerada, segundo Lutero, uma questão exclusivamente secular e não religiosa. Ele nunca duvidou de que o Islamismo e o seu texto religioso, o Alcorão – que ele tinha estudado tendo por base algumas fontes medievais e uma tradução latina da qual, em 1542-43 promoveu a publicação em Basileia – tivessem um caráter decididamente anticristão e antiofensivo. De fato, Lutero observa como ele dissolvesse a fé em Cristo, pondo em dúvida a doutrina cristológica das duas naturezas – divina e humana – e negando o dogma da Trindade... O islamismo destruiu a ordem divina, legitimando, em termos religiosos, o rapto e o assassinato... Se o papa era o Anticristo, “o turco” era “o diabo em pessoa” Thomas Kaufmann, *Lutero*. Il Mulino: Bologna, 2006: 103-105.

²² Joseph Lecler. *Storia della tolleranza nel secolo della riforma*. Vol. I. Morcelliana: Brescia, 2004: 187.

Podemos pensar que ele parta da fé e a julgue a partir dela. Da fé, na forma por ele concebida, isto é, menos como adesão a uma verdade que não se opõe à razão (conhecimento de ordem intelectual), e mais como entrega confiante a Deus. Segunda, sua rejeição à violência não encontra sustentação na razão humana comum, mas numa visão puramente religiosa onde Deus se aproveita da guerra para corrigir os cristãos, infiéis à sua vocação. Nesse ponto, emite um parecer muito próximo ao de Erasmo. Todavia, partindo da fé, da *sola fide*, assume uma postura próxima à do Persiano mulçumano. Terceira, ao não aceitar que alguém possa ser coagido em matéria de fé, aproxima-se de todos os autores acima citados. Quarta, em sua crítica à instituição eclesiástica, se aproxima muito de Erasmo e, em certa medida, de Las Casas, mas não segue o caminho de um Manuel II Paleólogo ou mesmo o de um Nicolau de Cusa, que não se voltam, nos textos por nós examinados, para a situação interna do cristianismo, limitando-se a mostrar as contradições do Islamismo; contudo, ao romper com ela, se afasta de todos eles. Quinta, ao considerar que o uso da força era admissível a fim de afastar, dos pagãos e cristãos, os impedimentos à pregação, assume uma visão semelhante a dos conquistadores com o famoso requerimento a ser lido aos índios e, ao mesmo tempo, próximo da perspectiva apresentada no Alcorão; de fato, nem para os conquistadores nem para os fiéis de Maomé tratava-se de obrigar a crer (embora assim, na maioria dos casos, fossem interpretados), mas de desobstruir o caminho que leva à fé. Esta visão foi radicalmente criticada por Las Casas em seu *De unico*:

E por mais que muitos digam que não é sua intenção obrigar os infiéis a aceitar a fé por meio desta guerra, mas afastar os impedimentos à pregação (mesmo que não falte os que, absurdamente e como necessário, digam também que se deve obrigá-los a crer...), este subterfúgio, sem dúvida, não os desculpa de sua cegueira e erro pernicioso, porque nem mesmo Maomé obrigava os de sua seita... É supérfluo repetir quão contrárias sejam essas coisas àquela liberdade necessária para se crer no que diz respeito à fé e à religião de Cristo²³.

Em suma, ainda que com a guerra se almejasse somente afastar os impedimentos, ela geraria tanto ódio e sofrimento que a liberdade necessária ao ato de crer desapareceria.

²³ Fray Bartolomé de Las Casas. *De unico. Obras completas*. Vol. 2. Alianza Editorial: Madrid, 1990: 445.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Podemos constatar que, de forma explícita, Erasmo, Las Casas e, em certa medida, Lutero, inspirados numa revelação sobrenatural, em linha de princípio e considerando um caso particular como era o da guerra aos Turcos e à religião que representavam, aborrecem o uso da força como método adequado para expandir o evangelho (Manuel II Paleólogo e Nicolau de Cusa, nos textos tomados em consideração, não se voltam explicitamente para o universo cristão). Esta consciência cresce graças ao confronto com o mundo islâmico e com o método, considerado de Maomé, de expandir a fé por meio da guerra ou violência. Da mesma forma que este procedimento é recriminado no islã, passa, aos poucos, a ser visto como inadmissível em um cristão que busque converter um pagão.

A conversão implica raciocínio e paz. Erasmo se distingue de todos os pensadores citados pela sua visão indiscutivelmente mais conciliadora em relação ao mundo mulçumano; sua reflexão privilegia o universo cristão, incoerente e profundamente dividido pelas guerras internas de religião. Em todo caso, mesmo uma guerra justa, não pode ser iniciada senão depois de terem “sido percorridas todas as estradas²⁴” para evitá-la. *Dulce bellum inexpertis*. Assim, diz ele, “Devemos buscar a paz purificando as fontes da guerra, falsas ambições e desejos perversos [...] Se a guerra é inevitável, então ela deve ser conduzida de tal forma que as desgraças resultantes da batalha sejam deixadas na porta da casa daqueles que a ocasionaram²⁵”. Este raciocínio (falamos da paz e não da guerra justa; para o bispo de Chiapas, não existiam motivações justas para se fazer guerra aos índios), o encontramos presente em Las Casas que, sem dúvida, tem o mérito de estendê-lo ao universo pagão dos indígenas americanos. Neste caso, a guerra se opõe a Deus e à razão, porque a fé cristã é uma adesão da inteligência a um conteúdo revelado, movida pela vontade e pela graça divina; ora, ninguém pode querer (vontade) e avaliar a razoabilidade do que é apresentado como revelado (intelecto) se está humilhado no corpo e na alma. A vontade se move somente na direção de algo que se apresenta como um bem, e a guerra impede este movimento.

Recolhamos, num pequeno *Adagia*, as melhores sentenças dos mestres

²⁴ Erasmo da Roterdam. *Guerra ai Turchi. Una questione improrogabile e cammin facendo un comento al salmo XXIII*. Salerno: Roma, 2004; 139.

²⁵ Idem. *Querela Pacis*. Madras: São Paulo, 2004; 181.

estudados: “a guerra agrada a quem não a conhece” (Erasmus de Rotterdam); a guerra é o “maior inimigo da bondade ou da religião” (Erasmus de Rotterdam); “que as desgraças resultantes da batalha sejam deixadas na porta da casa daqueles que a ocasionaram” (Erasmus de Rotterdam); o Verbo é “paz do Intelecto” (Nicolau de Cusa); “a discussão feita com bases racionais, sobre a concórdia entre as religiões” leva à paz (Nicolau de Cusa); “a difusão da fé mediante a violência... não é razoável” (Miguel II Paleólogo); a violência contrasta com a “natureza de Deus e a natureza da alma” (Miguel II Paleólogo); “impor o evangelho com o poder das armas não é um exemplo cristão” (Bartolomeu de Las Casas); “É supérfluo repetir quão contrárias sejam essas coisas àquela liberdade necessária para se crer no que diz respeito à fé e à religião de Cristo” (Bartolomeu de Las Casas); “Nossa religião cristã é igual e se adapta a todas as nações do mundo e a todas igualmente recebe; a nenhuma tira a sua liberdade, nem coloca, sob pretexto de que são servos segundo a natureza, debaixo de servidão, seus senhorios” (Bartolomeu de Las Casas); “um cristão não deve reagir ao mal, mas tudo sofrer” (Martinho Lutero); “nenhuma ventura há nisso”, ou seja, na guerra (Martinho Lutero).

Finalmente, “os homens são chamados a tomar em consideração o “grande *Lógos*... a vastidão da razão” (Bento XVI); é necessária uma “radical recusa da motivação religiosa da violência” (Bento XVI). O pensamento de Sua Santidade merece algumas considerações: a primeira é que ele, ao discursar em 12 de setembro a Regensburg, recolheu e se manteve no nível de uma das melhores tradições do universo cristão e, em particular, católico. A tradição pode ser apresentada nos termos de conciliação entre fé e razão; a segunda é que, como os autores citados (poderia ter citado qualquer um deles e obteria o mesmo resultado), parte de um fato particular, a aversão nada velada de Manuel II Paleólogo pelo que ele considerava como sendo a “novidade” de Maomé, ou seja, o uso da força para “expandir a fé²⁶”, para, explicitamente,

²⁶ O Papa explica na n. 3 do seu texto: “Infelizmente, esta citação foi tomada, no mundo muçulmano, como expressão da minha posição pessoal, suscitando assim uma indignação compreensível. Espero que o leitor do meu texto possa depreender imediatamente que esta frase não exprime a minha apreciação pessoal face ao Alcorão, pelo qual nutro o respeito que se deve ao livro sagrado duma grande religião. Eu, ao citar o texto do imperador Manuel II, pretendia unicamente evidenciar a relação essencial entre fé e razão. Neste ponto, estou de acordo com Manuel II, sem contudo fazer minha a sua polémica” (Grifo nosso): [tt://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html). O cardeal Secretário de Estado, citado na nota 24, recordando o texto do Pontífice observa: No encontro com os representantes de algumas comunidades muçulmanas em Colônia, a 20 de Agosto de 2005, ele disse que este diálogo entre cristãos e muçulmanos “*não pode reduzir-se a uma opção oca-*

recuperando uma sua sentença positiva, reafirmar a incompatibilidade existente entre a violência por um lado, e a razão, fé e a idéia Deus por outro lado; a terceira consideração pode ser sintetizada da seguinte forma: mas o que ele apresentou de novo? A sua fala não trouxe à tona princípios que os antigos já haviam individuado? É razoável pensar numa resposta positiva para a segunda questão. Os papas falam dentro e a partir de uma tradição; os seus discursos não podem nunca ser lidos isoladamente. Assim, a título de exemplo, recordamos, brevemente, o havia dito em seu encontro com os membros de outras religiões um dia antes, ou seja, no dia 25 de abril de 2005, aos delegados de outras igrejas, comunidades cristãs e tradições religiosas: “Garanto-vos que a Igreja deseja dar continuidade à construção de pontes de amizade com os seguidores de todas as religiões, a fim de procurar o bem autêntico de todas as pessoas e da sociedade no seu conjunto. O mundo em que vivemos com frequência está marcado por conflitos, violência e guerras... a paz é também um dever pelo qual todos os povos se devem comprometer, sobretudo os que professam pertencer a tradições religiosas²⁷”. Sublinhamos, propositalmente, a frase: “a paz é também um dever... (dos) que professam pertencer a tradições religiosas”. Em suma, em que diverge esta afirmação daquela feita durante o discurso de Regensburg e ratificada posteriormente pelo Cardeal Secretário de Estado, segundo a qual o Pontífice entendia manifestar “uma clara e radical recusa da motivação religiosa da violência, de onde quer que provenha”. Ao que tudo indica, nenhuma divergência.

Sendo assim, a primeira pergunta parece estar, também ela, respondida: o papa nada apresentou de novo! Será? Pensamos que, antes de afrontar a questão devemos, ainda, fazer algumas breves considerações em torno do discurso de Regensburg. Devemos, primeiro, excluir que a novidade consista no citar um texto antigo (os papas discursam dentro de uma tradição, como já vimos, e dela retiram o que há de melhor para emitir juízos e oferecer propostas em seus discursos); depois, considerar que o texto do diálogo de Manuel II Paleólogo, se historicamente bem situado, não pode, academicamente falando (o discurso do papa ao qual nos referimos é acadêmico), se apresentar como um problema (se isso ocorresse, teríamos que excluir de nossas academias a maior parte dos

sional”, acrescentando: “As lições do passado devem servir-nos para evitar a repetição dos mesmos erros. Nós queremos buscar os caminhos da reconciliação e aprender a viver no respeito pela identidade uns dos outros”.

²⁷ http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20050425_rappresentanti-religiosi_po.html

discursos que não rimam com nosso atual modo de pensar ou sentir; ora, isso é impensável!): num contexto de erudição e reflexão, esta hipótese deve, categoricamente, ser excluída. Em terceiro lugar, observamos que o Papa não se limita a retirar conclusões válidas somente para o mundo cristão e católico; ele, de fato, estende as suas conclusões a “todas as religiões” (“uma clara e radical recusa da motivação religiosa da violência, de onde quer que provenha”), isto é, exclui que uma religião possa, de alguma forma, advogar o recurso à violência. Em suma, não se limitou a conclusões válidas somente para os discípulos de Cristo (como fizeram, por exemplo, Erasmo, Las Casas, Lutero) de um lado, e os mulçumanos por outro lado (todos os textos estudados questionam a violência no Islã), mas, esta é a novidade, considerou que, no geral, “toda religião” deve se opor à violência.

Assim sendo, o discurso de Sua Santidade Bento XVI não só foi de grande valor intelectual, mas, ao mesmo tempo, permanece como válida e preciosa contribuição no que diz respeito ao árduo e difícil esforço de desvincular (quem sabe definitivamente) religião e violência. Somente assim, pensamos, “As lições do passado devem servir-nos para evitar a repetição dos mesmos erros”. Em suma, a sua intenção, que no nosso modo de entender busca reciprocidade, está muito bem delineada: “Nós queremos buscar os caminhos da reconciliação e aprender a viver no respeito pela identidade uns dos outros²⁸”.

REFERÊNCIAS

KAUFMANN, Thomas. *Lutero*. Bologna: Il Mulino, 2006.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Apologia*. Madrid: Alianza Editorial, 1992. v. 9. (Obras completas).

_____. *De unico*. Alianza Editorial: Madri, 1990. v. 2. (Obras completas)

_____. *Historia de Las Indias*. México: Fondo de cultura econômica, 1986.

_____. *Tratado comprobatorio del Impero Soberano*. Madri: Alianza Editorial, 1992. v. 10. (Obras completas).

LECLER, Joseph. *Storia della tolleranza nel secolo della riforma*. Brescia: Morcelliana, 2004. v. 1.

LUTERO, Martinho. *Obras seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. v. 6.

²⁸ Cf. n. 24 (acima).

ROTTERDAM, Erasmo de. *Guerra ai Turchi*: Una questione improrogabile e cammin facendo un comento al salmo XXIII. Roma: Salerno, 2004.

_____. *Querela Pacis*. São Paulo: Madras, 2004.

Recebido e aprovado em 26/05/2008